

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.070 - AM (2019/0036758-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : IGNACIO HENRIQUES TENORIO SECO
ADVOGADO : RENY TENORIO DE ALBUQUERQUE - MG044049
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por IGNÁCIO HENRIQUES TENORIO SECO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (HC n. 40002396-64.2018.8.04.0000).

Depreende-se dos autos que o ora recorrente impetrou *habeas corpus* na origem buscando salvaguardar-se do descumprimento das medidas protetivas contra ele impostas e anulá-las com o trancamento do procedimento instaurado no contexto da Lei n. 11.340/2006. No entanto, os desembargadores da Segunda Câmara Criminal denegaram a ordem (e-STJ fls. 854/859).

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 854):

HABEAS CORPUS. Salvaguarda ao paciente pelo descumprimento de medidas protetivas. Trancamento da ação penal. Impossibilidade.

1- A ausência de justa causa capaz de obstar o prosseguimento de um inquérito ou de uma ação penal deve ser comprovada de plano pelo Impetrante, mostrando-se tão evidente a inexistência ou a atipicidade do fato narrado que salte aos olhos o constrangimento experimentado pelo ora Paciente, uma vez que o habeas corpus não é meio adequado para apreciar aspectos que envolvam o exame do conjunto probatório.

2- O trancamento de ação penal somente é possível em situações excepcionais, nas quais resulte, de plano e independente de prova, a atipicidade da conduta ou a ausência mínima de indícios de autoria, o que não ocorre no caso sub judice.

3- Ordem conhecida e denegada.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 884/893).

No Superior Tribunal de Justiça, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da manutenção das medidas protetivas que foram impostas ao

recorrente.

Sustenta que o Tribunal local não enfrentou os argumentos apresentados pela defesa acerca da desnecessidade da medida protetiva quando da impetração do *habeas corpus*, além de ter rejeitado, de forma genérica, os embargos de declaração opostos para sanar erro material.

Alega que o recorrente não praticou nenhuma forma de violência física ou moral em desfavor de sua ex-companheira, sendo falsas as situações por ela narradas e informa que, *"não obstante saber do amor e do carinho de Ignácio por Luiza, após conseguir que ele fosse visto como agressor, solicitou, sob falsos pretextos, o agravamento das medidas protetivas aplicadas contra o paciente. Se pautou em mentiras de que o pai não se importava com a filha (o que a própria prova acima contradiz), que ele perpetuava tortura psicológica contra Luíza e que representava risco a sua integridade física e psicológica"* (e-STJ fl. 1.006).

Afirma, também, que os estudos psicossociais foram realizados *"de forma unilateral, sem qualquer forma de contato com Ignácio, com desvio ético e péssima qualidade técnica, no que relatam objetivamente o que viram - extraindo a esdrúxula valoração que fizeram - são claros em apontar que Luisa apresenta sintomas da Síndrome de Alienação Parental, onde o pai é o alienado"* (e-STJ fl. 1.009).

Reforça que *"a suposta vítima mente e muda as versões dos fatos que conta segundo seus próprios interesses"* (e-STJ fl. 1.011).

Por fim, assevera que não foram reavaliadas as medidas aplicadas, apesar de *"além do estudo Psicossocial, já consta do mencionado feito parecer psicológico acerca da personalidade do paciente e parecer psicológico da profissional que faz o acompanhamento de Luiza atestando a necessidade do contato pessoal da filha com o pai - além de que a mãe respeite a vontade da filha na escolha do momento de realizar vídeo - chamadas"* (e-STJ fl. 1.016).

Dessa forma, requer *"seja liminarmente concedido salvo conduto para que não mais esteja sob a coação ilegal que lhe impede de estar com sua filha ou ter notícias dela e que é usado como pretexto para não se regulamentar um direito de convivência familiar, direito este fundamental nos termos do art. 227 da Constituição*

Federal. E que, ao fim, seja completamente reformado o acórdão proferido nos autos nº 4002396-64.2018.8.04.0000 para se reconhecer a ilegalidade da coação imposta e a completa revogação das medidas protetivas aplicadas contra o paciente através do deferimento deste Writ" (e-STJ fl. 1.020).

É, em síntese, o relatório.

Depreende-se dos autos que o presente recurso ordinário em *habeas corpus* impugna acórdão proferido pelos desembargadores da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas no HC n. 4002396-64.2018.8.04.0000.

Ocorre que a causa de pedir e o pedido deste recurso são idênticos aos do HC n. 479.256/AM, impetrado nesta Corte e também atribuído a esta relatoria, que igualmente impugnou a mesma decisão prolatada pelo Tribunal de origem.

Ressalta-se que no bojo do HC n. 479.256/AM, a liminar foi indeferida sob o argumento de ser necessária uma análise aprofundada dos elementos de convicção constantes nos autos a fim de se averiguar o alegado constrangimento ilegal (e-STJ fls. 162/164).

Ante o exposto, diante da constatação de que o presente recurso é mera reiteração do HC n. 479.256/AM, **indefiro-o liminarmente.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator